




TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E GESTÃO PARTICIPATIVA EM ÁREAS PROTEGIDAS

*COMMUNITY-BASED TOURISM AND PARTICIPATORY MANAGEMENT IN
PROTECTED AREAS*

Mário Teixeira de Mendonça Neto - UFRN^{*1}
Marcos Antônio Leite do Nascimento - UFRN^{*2}

Palavras-Chave	Resumo
<p>Turismo Comunitário. Gestão Participativa. Áreas Protegidas.</p> <div data-bbox="165 1108 403 1368" style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"><p>ISSN 2594-8407</p><p>Licenciada por <i>Creative Commons</i> Atribuição Não Comercial/Sem Derivações / 4.0/</p></div>	<p>O artigo analisa publicações sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e a Gestão Participativa em Áreas Protegidas e identifica qual a abordagem dos autores dessas publicações sobre os macrotemas abordados. Apresenta uma importante perspectiva sobre a possibilidade do turismo ocorrer em Unidades de Conservação, territórios naturais como principal atrativo turístico pela comunidade local, geralmente moradores tradicionais, promovendo uma reflexão sobre a participação das comunidades tradicionais na preservação, conservação e gestão do turismo destas unidades visando o incremento e fortalecimento socioambiental. Adotou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva de abordagem qualitativa, realizando-se a análise do conteúdo de 13 estudos selecionados por sua relação com o tema e com as palavras-chave da pesquisa, utilizando o método <i>desk Research</i>. Na discussão, realizou-se a análise de conteúdo da amostra e organização de postulados por similaridade, os quais foram categorizados pelos seguintes aspectos: turismo em áreas protegidas; gestão participativa do TBC; gestão participativa em áreas protegidas. Concluiu-se que o TBC, pode ser um instrumento de alavancagem para o desenvolvimento do turismo nas comunidades tradicionais em áreas protegidas, proporcionando preservação, conservação e fortalecimento da economia nas comunidades locais, com a participação efetiva da sociedade no controle e gestão das ações, inclusive na formação de associações e cooperativas.</p>



Keywords	Abstract
<p><i>Community Tourism.</i> <i>Participative management.</i> <i>Protected Areas.</i></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>Submetido em: 26/10/2023</p> <p>Aprovado em: 16/12/2023</p> <p>Publicado em: 26/01/2024</p> <p>Editor: Izac Bonfim</p> </div>	<p><i>The article analyzes publications on Community-Based Tourism (TBC) and Participatory Management in Protected Areas and identifies the approach of the authors of these publications on the macro themes covered. It presents an important perspective on the possibility of tourism occurring in Conservation Units, natural territories as the main tourist attraction for the local community, generally traditional residents, promoting reflection on the participation of traditional communities in the preservation, conservation and tourism management of these units with a view to increasing and strengthening socio-environmentally. The bibliographical research methodology was adopted, with a descriptive qualitative approach, carrying out a content analysis of 13 studies selected for their relationship with the theme and the research keywords, using the desk research method. In the discussion, content analysis of the sample and organization of postulates by similarity were carried out, which were categorized by the following aspects: tourism in protected areas; participatory management of the TBC; participatory management in protected areas. It was concluded that the TBC can be a leveraging instrument for the development of tourism in traditional communities in protected areas, providing preservation, conservation and strengthening of the economy in local communities, with the effective participation of society in the control and management of actions, including in the formation of associations and cooperatives.</i></p>

Como Citar (APA):
Mendonça Neto, M. T. de.; & Nascimento, M. A. L. (2024). Turismo de base comunitária e gestão participativa em áreas protegidas. *Ateliê do Turismo*. 7 (2). 109-133. <https://doi.org/10.55028/at.v8i1.19539>



INTRODUÇÃO

A partir das décadas de 1980 e 1990, com a expansão da globalização e o aumento da conscientização política sobre questões socioambientais (Varajão & Araújo, 2017), a atividade turística passou por uma adaptação para superar suas características mecânicas, previamente associadas ao pensamento econômico clássico que fundamentava seu planejamento e gestão (Cruz, 2008).

Esse processo de transformação conduziu à especialização na oferta de produtos turísticos, à penetração em novos mercados e à reconfiguração das formas de produção na indústria do turismo (Oliveira & Manso, 2010), com foco no aumento da produtividade e na maximização dos lucros (Beni, 2001). Tal evolução contribuiu para elevar a importância do turismo nas estratégias de desenvolvimento econômico das nações e nas políticas públicas globais (Domareski-Ruiz & Gândara, 2013), além de identificar a atividade como uma alternativa auxiliar para a conservação dos recursos naturais.

Contudo, ao considerar a magnitude do turismo em áreas onde a natureza é o principal atrativo (como no turismo rural, turismo pedagógico, turismo de aventura, turismo de pesca e ecoturismo, por exemplo), a paisagem se torna o produto motivador central da prática turística (Mendonça, 2001), e a percepção do meio ambiente pelo visitante está relacionada a questões estéticas (Tuan, 1980). Portanto, as atividades turísticas nessas áreas exigem esforços significativos por parte de todas as partes envolvidas e requerem um planejamento que vá além das relações econômicas, como é o caso das Unidades de Conservação (UC), promovendo assim o Turismo de Base Comunitária (TBC).

No entanto, é relevante destacar que, no mesmo contexto, há posicionamentos que evidenciam uma contraposição. Em estudos que exploram a abrangência do termo “pós-colonial”, não apenas como um conceito histórico, mas também como uma dimensão epistemológica mais ampla, observa-se uma crítica ao funcionamento das sociedades turísticas contemporâneas. Esses estudos questionam a perspectiva de esperança na reparação, reciprocidade e compartilhamento, evidenciando que o desenvolvimento do turismo não acompanhou a construção de relações mais justas e equitativas, nem contribuiu para a busca de alternativas mais éticas e justas na esfera do turismo (Boukhris & Peyvel, 2019).

Nesse contexto de contradiscurso, surgem as primeiras pesquisas que abordam a concepção decolonial do crescimento turístico resultante da cosmologia indígena latino-americana (Chassagne & Everingham, 2020). Essas pesquisas reconhecem projetos



turísticos que se tornaram alternativas às economias extrativistas, como é o caso da filosofia de “*Buen Vivir*”, que concebe o turismo comunitário como uma estrutura analítica (com discursos, padrões e práticas articuladas) com seres humanos e não-humanos (Karst, 2016). Em outras palavras, apresentam-se outras formas de aplicar o turismo às novas concepções e ontologias não naturalistas (Dávalos, 2008).

A partir dessa concepção, surge o TBC com a proposta de desenvolver uma interação entre anfitriões e visitantes, com a participação significativa de ambos os grupos, gerando benefícios econômicos e de conservação para as comunidades e o meio ambiente local. Por esse motivo, trata-se de um tipo de turismo que busca atender às necessidades de conservação natural, cultural e ambiental de uma comunidade, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento econômico (Mendonça, 2014).

Essa prática turística prioriza a utilização sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação. Embora ainda pouco desenvolvido, o Turismo de Base Comunitária tem demonstrado impactos positivos em áreas de conservação (Silva, 2021; Rodrigues, 2003; Mazzei, Colesani & Santos, 2007; Rangel & Sinay, 2019; Queiroz & Vallejo, 2017). Portanto, este artigo busca compreender a possibilidade de o Turismo de Base Comunitária se tornar um fundamento e uma solução para as comunidades tradicionais em áreas protegidas, proporcionando oportunidades de desenvolvimento local na atividade turística.

Nesse contexto, o artigo escolhido tem como objetivo central analisar publicações relacionadas ao tema e a abordagem adotada pelos autores sobre os macrotemas em questão. Para atingir esse propósito, os objetivos específicos englobam a compreensão das abordagens teóricas que definem e contextualizam o Turismo em áreas protegidas, a análise das contribuições da gestão participativa para o Turismo de Base Comunitária, a identificação de possibilidades para o desenvolvimento local e a abordagem da importância da participação coletiva e consciente para o Turismo de Base Comunitária em áreas protegidas no Brasil.

O artigo segue uma estrutura organizada em seções. A primeira delas é a introdução, na qual são delineados os objetivos, justificativas, problema de pesquisa e a relevância do estudo. Na segunda seção, é apresentada uma breve descrição dos materiais e métodos empregados. Posteriormente, são abordados o Turismo de Base Comunitária e a gestão participativa associada a esse tipo de turismo. A última seção dedica-se à exploração da gestão participativa no âmbito do Turismo de Base Comunitária, focalizando especialmente nas áreas protegidas. O artigo é finalizado com as considerações finais e a lista de referências utilizadas.



TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo desempenha um papel significativo no desenvolvimento socioeconômico de muitas regiões do mundo. No entanto, esse setor é, muitas vezes, marcado por práticas predatórias que afetam o meio ambiente, a cultura local e as comunidades residentes. Esses e outros aspectos têm contribuído para o surgimento de outras opções de modelo que consideram o protagonismo da comunidade local e a atenção à prevenção e/ou minimização dos danos causados pela demanda da atividade. Dentre as modalidades que surgiram e se mantêm, o Turismo de Base Comunitária tem se destacado.

Conforme descrevem Almeida e Emmendoerfer (2022), os estudos fenomenológicos que fundamentaram a filosofia que norteia o TBC tiveram origem na década de 1970, quando antropólogos e geógrafos, como Dovey (1975), Plog (1977) e De Kadt (1979), promoveram pesquisas sobre a relação ‘preservação x desenvolvimento associado ao turismo’, analisando os potenciais impactos que as atividades turísticas imprimiam nas comunidades locais. A partir de então, o TBC tem, cada vez mais, reconhecido como um modelo eficiente de turismo, que favorece e estimula a promoção do desenvolvimento local sustentável a partir da participação ativa das comunidades locais (Dores, 2015).

Em termos conceituais, o turismo de base comunitária (TBC) tem sido, geralmente, concebido pelos estudiosos do tema como um formato de turismo que, por princípio, busca promover o fortalecimento dos laços sociais e, ao mesmo tempo, contribuir e estimular o sentimento coletivo nas regiões turísticas receptoras (Irving, 2009).

Como se observa, essa forma de se fazer turismo se encontra alicerçada em uma relação dialética entre turista e comunidade receptora, na qual ambos são considerados agentes nas ações socioeconômicas e ambientais envolvidas no processo. Dessa forma, as comunidades gerenciam e se comprometem a obter renda ao mesmo tempo em que atingem os objetivos comuns. É por meio desse enfoque que se busca melhorar a qualidade de vida e nutrir o senso de pertencimento local.

Esse pensamento é compartilhado por Dores (2015), que acrescenta que, no Turismo de Base Comunitária, as comunidades são consideradas protagonistas do processo, não apenas objetos ou elementos de um conjunto maior, como comumente se observa na dinâmica convencional do turismo moderno. Para a autora, é esse aspecto que, de fato, promove o sentido coletivo de vida em sociedade, a qualidade de vida e o sentimento de pertencimento — que são as características-chave ressaltadas na filosofia que deu origem a este modelo de turismo.



Em outra perspectiva, Araújo (2015) destaca que o TBC é uma forma de gestão do turismo que é desenvolvida em espaços onde a economia dominante não é o turismo de fato. O autor destaca que essa forma de turismo parte do princípio de que a comunidade receptora deve ser a responsável por planejar e executar todas as ações norteadas para o desenvolvimento do turismo local, de modo que ela seja a principal beneficiada. Nesse sentido, o TBC tem várias definições em todo o mundo, mas pode ser resumido como um tipo de turismo que é gerenciado e controlado pelas comunidades locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental e cultural da localidade onde é gerenciado.

Observa-se, portanto, que os principais objetivos do TBC envolvem proporcionar às comunidades locais o controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, bem como garantir que a maior parte dos benefícios gerados pelos projetos de turismo seja revertida para as comunidades receptoras (Araújo, 2015). Aliado à efetividade do fazer turístico, busca-se também o estímulo à conservação ambiental e cultural dos lugares visitados, bem como oferecer uma alternativa econômica sustentável para as populações ali residentes.

No campo prático, o TBC busca regular padrões de consumo, estilos de vida e um conjunto de funções produtivas e socioambientais que influenciam na regulação da oferta de bens e serviços e seus impactos sobre os lugares visitados (Almeida & Emmendoerfer, 2022). Assim, ao serem colocados no centro das atividades turísticas, os membros da comunidade assumem um papel central, participando ativamente das fases de planejamento, desenvolvimento e gestão das atividades turísticas implementadas em suas regiões, favorecendo uma melhor qualidade de vida e inclusão nas etapas envolvidas no processo (Irving, 2009).

Elevar e fomentar o protagonismo dos membros das comunidades receptoras no processo de desenvolvimento do turismo requer a adoção de estratégias que garantam a participação ativa dos atores locais. Assim, ao analisar e discutir essa questão, Almeida e Emmendoerfer (2022) elencaram alguns tópicos importantes a serem considerados. Com base no que os autores discutem e propõem no trabalho em questão, o Quadro 1 destaca algumas estratégias que podem ser utilizadas pelas comunidades locais para que elas possam atuar de maneira protagonista na implementação e gestão do turismo.



Quadro 1

Estratégias para comunidades locais atuarem na gestão do turismo.

Estratégias	Ações e caracterizações
Estimular a iniciativa local	É fundamental incentivar e apoiar as iniciativas e empreendimento locais, levando em consideração, principalmente, as particularidades de cada localidade e as necessidades mais demandadas pelas comunidades.
Potencializar o uso dos recursos	As comunidades devem ser incentivadas a identificar e potencializar o uso dos recursos disponíveis em suas regiões para atividades turísticas diversificadas. Isso pode envolver a criação de infraestrutura de hospedagem, a valorização da cultura local, a promoção de eventos culturais, entre outras ações.
Capacitação e envolvimento da comunidade	É importante oferecer cursos de capacitação para os membros da comunidade, para que eles possam se envolver ativamente no turismo e desenvolver habilidades necessárias para a gestão e operação de empreendimentos turísticos.
Interação com os turistas	Promover a interação entre as comunidades locais e os turistas, permitindo que os visitantes conheçam o trabalho das comunidades, participem de atividades do cotidiano e tenham a oportunidade de aprender com os guias locais sobre a história e evolução da região.

Fonte: Organizado pelos autores com base em Almeida e Emmendoerfer (2022).

O Quadro 1 apresenta diversas estratégias destinadas a inserir as comunidades locais no cerne das atividades turísticas. É crucial destacar que cada localidade possui características peculiares, tornando imperativa a adoção de estratégias específicas alinhadas às suas particularidades. Nesse sentido, ressalta-se a importância de envolver ativamente os residentes da comunidade em todas as fases do processo, uma vez que são eles que possuem o conhecimento efetivo dos recursos locais e que compreendem quais são as necessidades urgentes e mais relevantes (Almeida & Emmendoerfer, 2022).



O TBC mantém como um de seus alicerces, a valorização e conservação dos recursos naturais e culturais, aliada à busca por interações justas e mutuamente benéficas entre visitantes e moradores. Assim, seu grande diferencial reside no fato de que os produtos e serviços criados e disponibilizados em sua conjuntura fluem diretamente da e para a própria comunidade. Não se trata, portanto, de uma simples relação comercial entre turistas e empreendimentos turísticos, mas se constitui em um mecanismo de busca por um modelo de desenvolvimento local sustentável que se utiliza do turismo (Irving, 2009; Fabrino, 2013).

Outro ponto enfatizado nos estudos relacionados ao TBC se refere, também, à necessidade de valorização dos conhecimentos e das tradições locais. Essa, aliás, é uma das bases da filosofia que orienta esse modelo de turismo (Araújo, 2015), uma vez que a comunidade tem um interesse direto na preservação desses recursos para garantir a continuidade das atividades turísticas. Nesse sentido, é relevante ressaltar que os visitantes têm a oportunidade de se envolver com a cultura local, aprendendo com os moradores, participando de atividades tradicionais e contribuindo diretamente para a economia local.

Ao adotar estratégias para consolidar um turismo mais participativo e integrativo no ambiente comunitário, torna-se possível observar diversos benefícios, tanto diretos quanto indiretos. Nesse contexto, Fabrino (2013) destaca três principais vantagens que o TBC frequentemente proporciona às comunidades tradicionais: (i) a gestão participativa, evidenciada pelo envolvimento e participação ativa da comunidade em todas as fases do processo de implementação turística; (ii) o empoderamento local, beneficiando e fortalecendo as comunidades por meio da promoção do desenvolvimento local, geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos moradores; e (iii) a preservação ambiental e cultural, evitando a descaracterização e a exploração predatória dos recursos locais.

GESTÃO PARTICIPATIVA

A partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a participação dos grupos sociais organizados na gestão participativa das políticas públicas se tornou cada vez mais evidente, colaborando para a ressignificação de diferenças, conflitos e a validade de interesses e direitos em disputa (Medeiros, 2019). Essa ressignificação é notória em várias áreas de atividades urbanas e rurais, onde a mobilização popular de grupos organizados luta por direitos por meio de associações e cooperativas, adotando princípios como cooperação, solidariedade, participação igualitária, autogestão e produção visando à participação coletiva (Franz, Andreoli & Silva, 2021). Essa abordagem está



relacionada à economia solidária e busca a participação comunitária na preservação e valorização dos aspectos naturais, culturais e humanos, capacitando a população local a ter voz e participar das decisões em sua comunidade.

Em termos conceituais, Oliveira (2022) descreve que o mecanismo de gestão participativa está intimamente relacionado a um tipo de gestão pública democrática que permite a participação da sociedade no controle da administração pública. Nesse contexto, a descentralização desempenha um papel importante para que essa gestão seja eficiente, concedendo e reconhecendo a autonomia local para gerir os serviços e estratégias que atendam aos aspectos do contexto e da realidade local vivenciada.

Soares (2019) destaca, ainda, que a gestão participativa pode ser compreendida como uma iniciativa de descentralização da gestão pública, na qual a sociedade participa das tomadas de decisão e se organiza para acompanhar e avaliar a redistribuição de poderes. Nesse sentido, a participação envolve a articulação social entre os atores locais, sejam eles públicos ou privados, buscando aprimorar as condições de vida e conciliar interesses privados e públicos. A participação na gestão também representa uma participação social em várias perspectivas, incluindo a construção de caminhos que orientam a realidade social plural.

Os estudos de Franz, Andreoli & Silva (2021) e Medeiros (2019) também oferecem contribuições significativas para o entendimento da gestão participativa. Segundo Franz, Andreoli & Silva (2021), a participação dos cidadãos brasileiros na gestão de políticas públicas foi institucionalizada pela Constituição Federal de 1988, refletindo os desejos da coletividade social. Por sua vez, Medeiros (2019) analisa a relação entre economia solidária e experiências comunitárias, destacando a importância da participação da população local na busca por geração de emprego, renda e transformação da realidade econômica local por meio de recursos repassados pelo Poder Público.

A gestão participativa é um processo essencial para o TBC, possibilitando a participação ativa das comunidades locais nas decisões, o compartilhamento de responsabilidades e a promoção da transparência na distribuição dos benefícios. Esse processo está diretamente relacionado à descentralização e busca ampliar as oportunidades de participação da sociedade civil, fortalecendo o sentido de pertencimento e o empoderamento das comunidades envolvidas. O objetivo principal da adoção desse mecanismo remete à necessidade de promover decisões coletivas, compartilhar responsabilidades e fomentar a transparência e a equidade na distribuição dos benefícios do turismo.



GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A gestão participativa em Unidades de Conservação (UC) é um modelo de administração que envolve a participação ativa e colaborativa de diferentes partes interessadas, como comunidades locais, organizações não governamentais, setor privado e outros atores relevantes. Loureiro e Cunha (2008, 2016) entendem que essa abordagem reconhece a importância de incluir as comunidades locais e outros interessados na tomada de decisões e na implementação de ações relacionadas à gestão da UC. Segundo os autores, esse modelo é essencial para o sucesso da conservação da biodiversidade.

A gestão participativa é um modelo de gestão que envolve a participação ativa das comunidades locais na tomada de decisões relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais (Andrade & Lima, 2016). Essa participação é importante para garantir que os interesses das comunidades locais sejam considerados e que os benefícios do desenvolvimento sustentável sejam distribuídos de forma equitativa. Nesse modelo, as decisões relacionadas à gestão da UC são tomadas de forma colaborativa, envolvendo não apenas autoridades governamentais, mas também representantes das comunidades locais (Lúcio, 2013).

No contexto do desenvolvimento sustentável, a gestão participativa é uma ferramenta importante para promover o equilíbrio entre a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais (Lúcio, 2013). Isso ocorre porque a participação das comunidades locais permite que elas compartilhem seus conhecimentos tradicionais sobre a área, bem como seus interesses e necessidades (Paiva & Araújo, 2013). Por exemplo, as comunidades locais podem fornecer informações valiosas sobre a localização de espécies ameaçadas de extinção, ou sobre práticas tradicionais de manejo sustentável dos recursos naturais. Essas informações podem ser usadas para desenvolver planos de manejo que sejam mais eficazes na conservação da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais.

Assim, a gestão participativa frequentemente incorpora programas de educação ambiental para informar e capacitar as comunidades locais e outros interessados sobre a importância da conservação, os objetivos da Unidade de Conservação (UC) e práticas sustentáveis. O principal propósito da gestão participativa em UCs é assegurar a efetiva conservação da biodiversidade e dos ecossistemas presentes na área protegida, levando em consideração as necessidades e aspirações das comunidades locais.



A gestão participativa, muitas vezes, demanda o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e legislação que respaldem esse modelo de governança, reconhecendo e protegendo os direitos das comunidades locais e promovendo a sustentabilidade. Dessa forma, busca-se fomentar uma abordagem mais inclusiva, equitativa e sustentável na conservação da natureza, reconhecendo a interconexão entre o bem-estar humano e a preservação ambiental.

METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto, o estudo utilizou a pesquisa documental, também conhecida como *desk research*, como método de coleta de dados. Essa pesquisa é uma técnica de coleta de dados secundários. No caso do estudo em questão, a pesquisa documental foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica em teses, dissertações, artigos e periódicos.

A revisão bibliográfica representa uma técnica fundamental de pesquisa, caracterizada pela análise e síntese de informações previamente publicadas sobre um tema específico (Kauark et al., 2010); Polit, Beck & Hungler, 2017). A revisão da literatura desempenha um papel crucial ao permitir que o pesquisador identifique e avalie o conhecimento previamente produzido em pesquisas anteriores. Conforme destacado por Kauark et al. (2010), uma revisão sistemática é planejada para responder a uma pergunta específica e utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, bem como para coletar e analisar os dados desses estudos incluídos na revisão.

No âmbito deste estudo, a realização da revisão bibliográfica se pautou pelo propósito de identificar e analisar os principais aspectos pertinentes ao tema da gestão participativa de unidades de conservação (Minayo, 2012). Assim, foram exploradas e interpretadas diversas fontes, incluindo artigos científicos, livros e outras publicações consideradas relevantes, a fim de construir uma compreensão abrangente e embasada sobre as práticas, desafios e benefícios associados à gestão participativa em contextos de conservação ambiental. Essa abordagem permitiu a contextualização do estudo no panorama atual de conhecimentos existentes sobre o assunto, contribuindo para fundamentar e orientar as investigações mais específicas e aprofundadas que serão conduzidas ao longo da pesquisa.

O estudo empregou um método sistemático de revisão de literatura, seguindo as três etapas propostas por Clarke e Oxman (2001): planejamento, execução e síntese. Na etapa de planejamento, foram delimitados o escopo da revisão e identificadas as



categorias de pesquisa relevantes para o tema. Isso envolveu um levantamento bibliográfico para identificar dissertações e artigos relacionados ao tema de interesse. Posteriormente, com os dados coletados e as fontes identificadas, procedeu-se à leitura dos textos, extraindo as informações consideradas relevantes para o estudo. Na etapa subsequente, os resultados da revisão foram organizados de acordo com as categorias de pesquisa definidas. Essa organização seguiu uma abordagem planejada para cada categoria, incluindo a identificação de tendências, padrões ou lacunas na literatura, conforme necessário.

Para a identificação das fontes da pesquisa, procedeu-se a pesquisa com os dados identificados na barra de pesquisa do site Google Acadêmico. A seleção aconteceu por critérios de inclusão, sendo os seguintes: estudos em língua portuguesa; publicações de acordo com as palavras-chave: “gestão participativa”, “turismo comunitário”, “áreas protegidas”; que não contivessem somente o resumo. Para garantir o entendimento sobre a gestão participativa e o turismo de base comunitária em áreas protegidas, foi realizada uma análise de artigos focados em doutrinas jurídicas que abordavam esses temas. A análise foi realizada seguindo os critérios de Bardin (2009), que incluem a identificação dos temas abordados, a identificação das principais ideias e argumentos apresentados, e a identificação das relações entre as ideias.

O resultado do processo englobou uma variedade de documentos, como teses, dissertações e artigos associados ao tema do Turismo de Base Comunitária e Gestão Participativa em diferentes contextos. O Quadro 2 apresenta uma síntese dos resultados encontrados, no qual cada linha corresponde a um estudo específico, fornecendo informações sobre autoria (ano), tema da pesquisa e metodologia adotada.

Quadro 2

Resultados da pesquisa

Autoria (ano)	Tema	Método utilizado
Alexandre (2018)	(Re) invenção do Turismo de Base Comunitária no litoral sul sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa.	Método fenomenológico
Barros & Leuzinger (2020)	Turismo de base comunitária e os desafios para sua implementação em unidades de conservação.	Pesquisa legal e doutrinária.



Betti & Denardin (2013)	Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local.	Pesquisa bibliográfica
Coelho (2012)	Terceirização e participação na gestão em unidades de conservação estaduais do Amazonas.	Fonte primária e estudo de campo
Coutinho (2015)	Turismo comunitário e participação social em unidades de conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha-PR e a sua região de entorno.	Levantamento documental e estudo de campo.
Dias & Drummond (2008)	Gestão participativa na reserva biológica do Lago Pirituba (Amapá).	Estudo de caso
Franz, Andreoli & Silva (2021)	Gestão participativa, práticas de governança e o desenvolvimento sustentável em cidades turísticas de pequeno porte.	Pesquisa mista, exploratória e descritiva.
Medeiros (2019)	Turismo e economia solidária: experiências comunitárias e processo de desenvolvimento na perspectiva do eu coletivo nas praias de Batoque e Canto Verde – Ceará – Brasil.	Levantamento documental e estudo de campo
Mendonça & Talbot (2014)	Participação Social na Gestão de Unidades de Conservação: uma Leitura sobre a Contribuição do Instituto Chico Mendes.	Pesquisa bibliográfica
Oliveira (2022)	Gestão participativa democrática: impasses, conquistas e desafios	Estudo descrito de caráter qualitativo.
Silva & Maia (2011)	Organização local e gestão participativa do turismo em unidades de conservação: a difícil tarefa de integração no Parque Nacional do Catimbau (PE).	Revisão bibliográfica e documental
Soares (2019)	Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania.	Levantamento e estudo de campo



Wanderley Filha, Mazzolini & Azevedo (2017)	Turismo Comunitário e Gestão Participativa na RDS Estadual Ponta do Tubarão (RN): processos e perspectivas.	Levantamento bibliográfico e documental
--	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados pesquisados e coletados revelaram uma variedade comum de tópicos relacionados ao TBC, tais como: a reinvenção desse tipo de turismo em uma região específica, os desafios para implementá-lo em unidades de conservação, a justiça ambiental para o desenvolvimento local e a participação social na gestão de unidades de conservação.

Com relação a esses estudos, observa-se que Barros & Leuzinger (2020) descrevem o Turismo de Base Comunitária como um fruto da população que incorporou o turismo nos novos padrões de consumo no século XXI. Para os autores, o fato da prática turística ser realizada pelas comunidades locais em suas áreas naturais, tende a gerar novos padrões de produtividade e consumo por meio da conservação da biodiversidade e do patrimônio comum e coletivo.

Em outro estudo, desenvolvido por Silva e Maia (2011), observou-se a exigência para que o TBC ocorra conforme o esperado pelas leis ambientais brasileiras, sobretudo, em locais com certo estado de conservação particular. Assim, segundo os autores, o TBC se utiliza da natureza, não como um mero atrativo parte de sistema comercial, mas como algo que torna a natureza o palco para que as atividades do turismo ocorram e oportunizem o fortalecimento econômico, social e cultural dos turistas e dos moradores locais com o ambiente.

Existe um consenso nas percepções apresentadas por Barros & Leuzinger (2020) e por Silva & Maia (2011), que convergem na compreensão da interação do ser humano com a natureza, um contato que desperta uma consciência de fascínio e de proteção na relação dos indivíduos com o meio natural. Nesse contexto, as atividades turísticas tornam-se fortalecedoras dos vínculos por meio de experiências que dependem da natureza, nas quais ela é realçada, e nas quais o cenário natural ocorre normalmente como um agente secundário.



Explicações semelhantes também foram encontradas na pesquisa de Coutinho (2015), que destaca o turismo de base comunitária como um modelo propositivo capaz de desviar o uso do turismo da lógica dos negócios e inseri-lo nas relações sociais. Esse enfoque amplia a perspectiva de sua utilidade e de seus contextos, agora considerando o âmbito comunitário, onde a comunidade desempenha um papel central na ressignificação e valorização das capacidades sociais, culturais, econômicas e da solidariedade.

Os autores analisados também ressaltaram a particularidade do TBC no que se refere às infraestruturas necessárias para a sua implementação. Nesse sentido, por exemplo, Coutinho (2015) e Barros & Leuzinger (2020) apontam que o TBC é uma prática turística diferenciada por demandar menores investimentos em infraestrutura e no setor de serviços. Segundo referidos autores, a visita e a hospitalidade podem ser compreendidas e efetivas quando há uma valorização do local, da diversidade de valores e princípios que são fomentados na conduta dos próprios atores que promovem o turismo e que o gerem.

Em outra perspectiva teórica, Coelho (2012) destoa das demais abordagens analisadas até o momento, ao considerar o cenário das áreas protegidas como instrumentos capazes de efetivar a interação do homem com o ambiente. O autor enfatiza que as formas de utilização do meio natural tendem a equilibrar os impactos da ação humana sobre o ambiente e seus recursos, especialmente quando considerados a crescente escassez desses recursos. O autor evidencia, ainda, que em algumas localidades, a perspectiva de manutenção do meio natural para as gerações futuras é inexistente. Nesses contextos, o TBC pode ser percebido como uma mudança estratégica para valorizar e administrar de modo responsável os recursos naturais, além de adotar uma nova geopolítica do desenvolvimento ambiental.

No contexto da nova geopolítica do desenvolvimento ambiental, notou-se que os estudos consultados também destacaram o TBC como uma das estratégias consideradas inovadoras que comumente são implementadas em políticas públicas já consolidadas. Essas, segundo se observa, funcionam com o objetivo de promover dinâmicas diferenciadas de ordenação e gestão dos territórios das áreas protegidas. O cerne desse fundamento reside na apropriação do território por meio do meio ambiente, utilizando estratégias valorativas da diversidade biológica e abordagens diversas para gerenciá-las de maneira sustentável. Nesse sentido, conforme sugere Coelho (2012), destacam-se as proposições de práticas participativas de gestão em sintonia com as populações e comunidades tradicionais, visando, entre outros resultados, a eficiência econômica e o aproveitamento da natureza como objeto de negócios.



No que diz respeito ao processo de gestão participativa para TBC, Barros & Leuzinger (2020) destacaram a importância da participação dos moradores locais como protagonistas nos esforços direcionados ao desenvolvimento regional e local por meio de atividades turísticas, conforme preconiza a filosofia que guia esse modelo de turismo. Segundo os autores, ao envolverem-se na gestão, os agentes locais têm a tendência de empoderar-se para desempenhar papéis que ultrapassam o mero status de anfitriões. Eles se transformam em guias e fornecedores de serviços básicos, como pousadas, restaurantes e serviços hoteleiros, adquirindo novas habilidades para oferecer, de maneira diferenciada e aprimorada, a interação dos turistas com outras comunidades e grupos sociais.

Em termos gerais, compreende-se que a diversidade de estudos e metodologias reflete a abordagem multidisciplinar e abrangente da pesquisa, que busca compreender e analisar diversos aspectos do turismo de base comunitária e da gestão participativa. Os resultados apresentados proporcionam um panorama dos estudos selecionados, oferecendo informações úteis para análises e discussões subsequentes.

Grande parte da literatura científica dedicada a estudar os efeitos do fenômeno do turismo sobre nos mais diversos cenários tem destacado o papel significativo que esse desempenha no desenvolvimento econômico de muitas regiões do mundo. No entanto, em vários casos, o turismo convencional pode acarretar efeitos negativos, como a descaracterização cultural, a exploração dos recursos naturais e a desigualdade socioeconômica.

Nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária e a Gestão Participativa surgem como alternativas direcionadas que buscam fortalecer as comunidades locais, preservar culturas e promover o desenvolvimento socioeconômico equitativo. Vinculados a isso, a participação como estratégia de gestão é um instrumento de grande importância no contexto das questões ambientais (Wanderley Filha, Mazzolini & Azevedo, 2017). Sua concepção já foi permitida e assegurada no art. 50 do SNUC, ao estabelecer “[...] a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão” de todas as áreas protegidas (Brasil, 2000).

No que diz respeito a esse aspecto, tanto constatou-se os estudos de Wanderley Filha, Mazzolini e Azevedo (2017) quanto os estudos de Alexandre (2018) apresentam a gestão participativa como um mecanismo que tente a permitir que as comunidades tradicionais locais participem dos processos e planos de uso das terras onde estão instalados seus negócios e residências, especialmente em áreas protegidas. Essas atividades visam



planejar, executar e construir políticas públicas coerentes com a realidade das comunidades, considerando sua perspectiva de cidadania e o alcance dos direitos sociais. Em seu trabalho, Coelho (2012) destacou que as novas políticas de gestão das áreas protegidas no Brasil, especialmente na região amazônica, passaram, na última década, a contemplar a participação de novos atores no processo de gestão. Isso inclui a ênfase na participação de organizações não-governamentais (ONGs) em parcerias público-privadas com os Estados e municípios. Dessa forma, de maneira conjunta e participativa, essas entidades podem administrar e coordenar a definição de padrões de utilização dessas áreas protegidas e de seus recursos naturais. É possível categorizar essas parcerias por meio do termo “terceirização” na gestão dessas áreas protegidas, mediante a cogestão. Esse modelo implica na criação ou convite a uma ONG para gerir efetivamente essas áreas.

Dias e Drummond (2008) afirmaram em seu estudo que a década de 1995 a 2005 foi um marco para a adoção de experiências e discussões sobre a gestão participativa e a implementação das primeiras práticas em áreas protegidas federais brasileiras. Eles defenderam um modelo de gestão participativa abrangente, multidisciplinar, e com diversas organizações trabalhando em conjunto, por meio de comitês ou conselhos locais em cada região.

Entretanto, Alexandre (2018) argumenta que até 2017 houve sérias dificuldades para os órgãos federais acompanharem a adoção dos modelos participativos de gestão. Nas experiências bem-sucedidas, destaca-se uma organização local robusta, fundamental para que a participação na gestão das áreas protegidas e de suas áreas circunvizinhas seja eficaz. Assim, as parcerias com as ONGs ocorrem quando o IBAMA permite e reconhece a importância do trabalho dos parceiros, o que tem gerado descompasso para a evolução de um modelo brasileiro de gestão participativa considerando as particularidades de cada localidade.

Segundo Mendonça e Talbot (2014), apesar das discrepâncias na adoção de parcerias entre ONGs e IBAMA, em outro contexto, observa-se uma série de reestruturações no planejamento estratégico do Instituto Chico Mendes (ICMBio), que, conforme os autores, além de modernizar a estrutura da gestão, está possibilitando a implementação da participação também nas áreas protegidas federais nas Coordenações Regionais (CRs). Nesses locais, já são visíveis os resultados tangíveis da descentralização dos processos de caráter operacional, nos quais outros órgãos podem tomar decisões de maneira autônoma, contribuindo para o alcance da missão institucional.



Nesse contexto de modernização, as práticas de gestão participativa em áreas protegidas são mais frequentes nas unidades de uso sustentável. A gestão participativa ocorre por meio de parcerias e está contemplada nos planos de gestão de cada localidade. Conjuntamente com o conselho gestor local, essas práticas podem contribuir para definir os rumos das decisões de gestão dos espaços dentro das áreas protegidas. Além disso, são considerados os impactos nas áreas naturais, nas populações tradicionais, no zoneamento das áreas de uso e nas diretrizes que norteiam as condutas a serem adotadas para o uso controlado dos recursos naturais dessas áreas de proteção (Coelho, 2012).

A terceirização da gestão é um processo que envolve a parceria direta na cogestão de ONGs (Coelho, 2012). Essas organizações podem implementar corredores de biodiversidade, definir pontos estratégicos do plano de gestão da localidade, além de adotar estratégias para a utilização turística de algumas de suas dependências. Também é possível estabelecer diretrizes para o uso controlado das atividades turísticas (Wanderley Filha, Mazzolini & Azevedo, 2017; Alexandre, 2018; Coelho, 2012; Dias; Drummond, 2008).

No que concerne ao Turismo de Base Comunitária em Áreas Protegidas, os estudos analisados também destacam a importância da participação coletiva e consciente para o turismo de base comunitária nessas regiões do Brasil. Barros & Leuzinger (2020), ao apresentarem a definição de turismo de base comunitária, evidenciaram que os serviços oferecidos nessas localidades se tornam efetivos quando conseguem promover a participação dos moradores locais. Esses moradores, no caso de áreas protegidas no território nacional, podem ser chamados de comunidades tradicionais, comunidades ribeirinhas, comunidades amazônicas, mas que, de maneira geral, representam a turística e sua prática no contexto interno das áreas protegidas.

Coelho (2012) destaca que a utilização do turismo de base comunitária visa promover uma atividade de uso mínimo e controlado dos recursos naturais dentro das áreas protegidas. Essa preservação é uma concepção fundamental para todo o setor turístico e empresarial envolvido nas atividades de turismo ecológico. Isso inclui a contemplação da beleza cênica, a consideração da relevância social e econômica dos aspectos ecológicos, a oferta de espaços para a realização de pesquisas científicas e educacionais, bem como a promoção do contato dos turistas com a natureza por meio do turismo ecológico.

Tanto Coelho (2012) quanto Coutinho (2015) corroboram a afirmação de que o modelo de turismo comunitário viabilizou a inclusão social da comunidade tradicional e das ONGs. Por meio de uma colaboração organizada, esses agentes conseguem gerar meios



de trabalho e renda nas áreas identificadas como potencialmente capazes de atrair o interesse dos visitantes, levando em consideração as potencialidades culturais, os conhecimentos tradicionais, a gastronomia e as belezas naturais. A gestão torna-se participativa com a contribuição ativa dos moradores locais da área protegida, que compartilham suas experiências, modos de vida e métodos de produção, contribuindo assim para a conservação dos recursos naturais, sendo apresentados ao turista convidado.

A concepção não consiste em apropriar-se do território protegido, mas em mobilizar esforços para evitar os interesses locais que incentivam a expansão hoteleira e de empresas não comprometidas com a preservação da natureza. Devido à sua condição de área de proteção, o turismo comunitário encontra um ambiente propício para que suas estratégias, delineadas no plano de gestão, promovam a visita do turista interessado em apreciar a natureza e em ter à disposição serviços que o ajudem a compreender como pode contribuir para a mobilização e conservação da natureza, mesmo na condição de visitante (Coutinho, 2015).

Os estudos de Coelho (2012), Betti e Denardin (2013) e Coutinho (2015) concordam que a estratégia de terceirização da gestão por meio de parcerias é uma abordagem viável para as áreas protegidas do território nacional. Essa estratégia não apenas promove o desenvolvimento econômico sustentável e o uso controlado das áreas naturais protegidas, mas também eleva o turismo a um patamar permitido por leis e políticas públicas, permitindo a utilização da natureza e garantindo subsistência aos moradores tradicionais e aos empreendimentos participantes das parcerias.

A terceirização de serviços de apoio ao uso público, por meio de instrumentos de gestão, possibilita que os núcleos de moradores locais se organizem e participem da gestão, associando-se aos interesses de ONGs, da iniciativa privada prestadora de serviços de organização da visitação turística e dos serviços que possam orientar a implementação do turismo de base comunitária (Betti & Denardin, 2013).

Por meio da terceirização, a consolidação do turismo de base comunitária em áreas protegidas ocorrerá por meio de um modelo que não se limita apenas a lucros e geração de divisas para cumprimento de políticas de governos neoliberais. Esse modelo considera uma visão convencional de gestão, que pode privilegiar médios e grandes empresários ou promover a inclusão social e a valorização das populações nas atividades das ONGs e empresas que buscam fomentar o turismo ecológico em áreas protegidas, visando a concessão de serviços (Betti & Denardin, 2013).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo de Base Comunitária em áreas protegidas foi constatado como um modelo que possibilita à comunidade ter uma participação ativa nas decisões que moldam seu próprio desenvolvimento, inclusive com a criação de fóruns, assembleias e comitês. Nessa abordagem turística, os membros da comunidade têm a oportunidade de expressar suas opiniões, contribuir com ideias e tomar decisões coletivas sobre o planejamento do turismo, a definição de políticas e a alocação de recursos. Esse processo fortalece o senso de pertencimento e empodera os moradores locais, transformando-os em agentes ativos na construção de seu próprio futuro.

Além disso, ficou evidente que o TBC é uma prática turística que prioriza a preservação e conservação do meio ambiente, sendo organizado e operacionalizado por comunidades tradicionais de maneira sustentável. No entanto, os estudos também revelaram que as atividades de turismo em áreas protegidas demandam maior esforço entre as partes envolvidas e indicam a necessidade de planejamentos que ultrapassem a esfera das relações econômicas.

Acredita-se que os objetivos inicialmente propostos para a realização do presente estudo foram atingidos. Por meio da revisão bibliográfica, foi possível compreender as abordagens que definem a gestão participativa como uma gestão pública democrática, envolvendo a participação da sociedade no controle da administração. A participação é concebida como a construção de caminhos plurais, por meio de associações e cooperativas, adotando princípios como cooperação, solidariedade, participação igualitária, autogestão e produção coletiva.

Ademais, foi possível analisar estudos que, por meio de pesquisas e metodologias diversas, conseguiram demonstrar as contribuições da gestão participativa para o turismo de base comunitária. Esses estudos destacaram a natureza específica de cada localidade como principal atrativo turístico, promovido economicamente pela comunidade local, geralmente composta por moradores tradicionais que se organizam para o fortalecimento econômico, social e cultural por meio do turismo e dos recursos naturais existentes para lazer e contemplação.

A revisão permitiu, ainda, analisar os processos de gestão participativa para o turismo de base comunitária, evidenciando a apropriação do território por meio do meio ambiente. Estratégias valorativas da diversidade biológica e diferentes meios de gerenciar de maneira sustentada foram apresentados, propondo práticas participativas de gestão em consonância entre as populações e as comunidades tradicionais. Esses



visam, entre outros resultados, a eficiência econômica e o uso da natureza como objeto de negócios, adaptando-os aos padrões “ecologicamente corretos”.

Ao buscar entender a possibilidade de gestão participativa ser fundamento para a efetivação do TBC e solução para comunidades tradicionais em áreas protegidas, os estudos selecionados contribuíram para o entendimento de que é uma solução estratégica viável. Isso ocorre por permitir a participação em processos e planos de uso das terras e recursos protegidos, promovendo a participação na perspectiva de planejar, executar e construir políticas públicas coerentes com a realidade local, com a cidadania e com os direitos sociais.

Em conclusão, o Turismo de Base Comunitária pode ser promovido e gerido economicamente pela comunidade local dentro da área protegida, composta por moradores tradicionais que se organizam para o fortalecimento econômico, social e cultural, por meio de estratégias valorativas da diversidade biológica e diferentes meios de gerenciar de maneira sustentada, visando, entre outros resultados, o uso da natureza como objeto de negócios.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, L. (2018). *(Re)invenção do Turismo de Base Comunitária no litoral sul sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.
- Almeida, T. C., & Emmendoerfer, M. L. (2022). Turismo de Base Comunitária E Desenvolvimento Local Sustentável: conexões e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1), 14–49.
- Andrade, F., & Lima, V. (2016). Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. *Revista Eletrônica Mutações*, 7(13), 21–40.
- Araújo, F. O. (2015). *Turismo de base comunitária: um estudo de caso no Distrito de Enxu Queimado, Pedra Grande-RN* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: 70ª Edições.
- Barros, L., & Leuzinger, M. (2020). Turismo de Base Comunitária e os desafios para sua implementação em Unidades de Conservação. *Revista Direitos Sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE)*, 8(2), 112–135.
- Beni, M. C. (2001). *Análise Estrutural do Turismo* (2ª ed.). São Paulo: SENAC.



- Betti, P., & Denardin, V. (2013). Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6(4), 176–190.
- Boukhris, L., & Peyvel, E. (2019). O Turismo frente aos desafios dos paradigmas pós e decoloniais. *Revista Via*, 1(16), 1–14.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
- Brasil. Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências (2000).
- Castro, A. (2010). *Revisão Sistemática e Meta-análise*. São Paulo: MBE/UNIFESP.
- Clarke, M., & Oxman A. (2001). Introduction. Cochrane Reviewers' Handbook 4.1 [updated March; Section 1. In: *Review Manager*. England: The Cochrane Collaboration.
- Clarke, M., & Oxman, A. (2001). *Review Manager*. England: The Cochrane Collaboration.
- Coelho, A. (2012). *Terceirização e participação na gestão em Unidades de Conservação estaduais do Amazonas* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Coutinho, G. (2015). *Turismo comunitário e participação social em Unidades de Conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha –PR e a sua região de entorno* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Cruz, S. H. R. (2008). Turismo sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano regional*. Belém: NAEA.
- Dávalos, P. (2008). *Reflexiones sobre el Sumak Kawsay (el Buen Vivir) y las teorías del desarrollo*. Quito: ALAI.
- Dias, T., & Drummond, J. (2008). Gestão participativa na reserva biológica do Lago Pirituba (Amapá). *OLAM Ciência & Tecnologia*, 8(1), 242–267.
- Domareski-Ruiz, T. C.; Gândara, J. M. G. (2013). A Relação entre o Planejamento Urbano e a Competitividade dos Destinos Turísticos. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2(7), 260–280.
- Dores, L. A. O. (2015). *Turismo de Base Comunitária como indutor de desenvolvimento local: um estudo da realidade e potencialidades no Distrito de Porto Salvo, município de Vigia de Nazaré – PA* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Everingham, P., & Chassagne, N. (2020). Post COVID-19 ecological and social reset: moving away from capitalist growth models towards tourism as Buen Vivir. *Tourism Geographies*, 22(6), 1–12.



- Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Franz, N.; Andreoli, C., & Silva, C. (2021). Gestão participativa, práticas de governança e o desenvolvimento sustentável em cidades turísticas de pequeno porte. *EURE*, 47(141), 95–115.
- Karst, H. (2016). “This is a holy place of Ama Jomo”: buen vivir, indigenous voices and ecotourism development in a protected area of Bhutan. *November Journal of Sustainable Tourism*, 25(6), 1–17.
- Kauark, F. et al. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Leite, J., & Dinnebier, F. (2017). *Estado de direito ecológico: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza*. São Paulo Instituto: Inst. O Direito por um Planeta Verde.
- Loureiro, C., & Cunha, C. (2008). Educação ambiental e gestão participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, 11(2), 237–253.
- Loureiro, C., & Cunha, C. (2016). Educação ambiental e gestão participativa de Unidades de Conservação. *Revista Prâxis*, 1(1), 35–42.
- Lúcio, S. (2013). *Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.
- Mazzei, K.; Colesani, M., & Santos, D. (2007). Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. *Revista Sociedade & Natureza*, 19(1), 33–43.
- Medeiros, V. C. (2019). *Turismo e economia solidária: experiências comunitárias e processo de desenvolvimento na perspectiva do eu coletivo nas praias de Batoque e Canto Verde – Ceará – Brasil* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Mendonça, F., & Talbot, V. (2014). Participação social na gestão de Unidades de Conservação: uma leitura sobre a contribuição do Instituto Chico Mendes. *Biodiversidade Brasileira*, 4(1), 211–234.
- Mendonça, R. (2001). Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec
- Minayo, M. (2012). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Contexto.
- Nóbrega-Therrien, S., & Therrien, J. (2004). Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em avaliação educacional*, 15(30), 1–19.



- Oliveira, E. O. (2022). Gestão participativa democrática: impasses, conquistas e desafios. *Barbarói Revista do Departamento de Ciências Humanas*, 1(61), 34–52.
- Oliveira, E., & Manso, J. R. P. (2010). Turismo sustentável: utopia ou realidade? *Tékhnê — Revista de Estudos Politécnicos*, 14(1), 235–253.
- Paiva, N., & Araújo, M. (2013). Gestão participativa e ecoturismo em Unidades de Conservação: a voz da comunidade através do Conselho Gestor. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 6(4), 134–139.
- Polit, D.; Beck, C., & Hungler, B. (2017). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. São Paulo: Artmed.
- Queiroz, E., & Vallejo, L. (2017). Uso público em Unidades de Conservação — entre o ideal e o real. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, 5(9), 34–59.
- Rangel, L.; Sinay, L. (2019). Ecoturismo como ferramenta para criação de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 12(4), 563–580.
- Rodrigues, A. (2003). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Editora Contexto.
- Silva, J., & Maia, F. (2011). Organização local e gestão participativa do turismo em unidades de conservação: a difícil tarefa de integração no Parque Nacional do Catimbau (PE). *Caderno Virtual de Turismo*, 11(1), 36–48.
- Silva, M. (2021). (Eco)turismo em unidades de conservação. *Geografia em Questão*, 14(1), 34–39.
- Soares, A. S. (2019). *Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Tuan, Y. F. (1980). *Topofilia*. São Paulo: Ed. Difel.
- Varajão, G., & Araújo, H. (2017). O desenvolvimento sustentável no âmbito das pesquisas científicas do turismo: da assimilação à crítica ao declínio do modismo no Brasil? *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27(28), 1733–1746.
- Wanderley Filha, I.; Mazzolini, A., & Azevedo, F. (2017). Turismo comunitário e gestão participativa na RDS Estadual Ponta do Tubarão (RN): processos e perspectivas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10(2), 210–226.



INFORMAÇÃO (ÕES) DO (S) AUTOR (ES)

- *1 Doutorando em Turismo pelo Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor dos cursos de graduação e pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: mariomacneto@gmail.com
- *2 Doutorado em Geodinâmica pelo Programa de Pós-Graduação em Geodinâmica e Geofísica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Geodinâmica e Geofísica. E-mail: marcos.leite@ufrn.br

REVISTA CIENTÍFICA ATELIÊ DO TURISMO – VINCULADA A



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**